

MATERNIDADE E CAPITALISMO: RELAÇÕES MÚLTIPLAS E SIMULTÂNEAS DE DESIGUALDADES

MOTHERHOOD AND CAPITALISM: MULTIPLE AND SIMULTANEOUS RELATIONS OF INEQUALITY

MATERNIDAD Y CAPITALISMO: RELACIONES MÚLTIPLES Y SIMULTÁNEAS DE DESIGUALDADES

RESUMO

Este ensaio analisa a interface entre maternidade e capitalismo neoliberal a partir da perspectiva da teoria crítica da sociedade, explorando como esse sistema molda e é moldado pelas práticas e ideologias de maternidade no contexto brasileiro. O trabalho examina as dinâmicas de gênero e raça que atravessam o trabalho de cuidado, frequentemente desvalorizado e não remunerado, evidenciando suas implicações estruturais para a subordinação feminina e racial. Ao destacar o papel histórico e cultural das mães pretas na formação da sociedade brasileira, o texto investiga como suas experiências e lutas carregam um potencial emancipatório que desafia as lógicas opressivas do capitalismo. Argumenta-se que as contradições internas do capitalismo, intensificadas pelo neoliberalismo, não apenas evidenciam a crise do trabalho de cuidado, mas também oferecem oportunidades para imaginar e construir alternativas emancipatórias, por meio de uma reestruturação radical das relações entre produção e reprodução, visando superar as desigualdades de gênero, classe e raça.

Palavras-chave: Gênero. Desigualdade Racial. Teoria Crítica.

ABSTRACT

This essay examines the interface between motherhood and neoliberal capitalism from the perspective of critical social theory, exploring how this system shapes and is shaped by the practices and ideologies of motherhood in the Brazilian context. The paper analyses the dynamics of gender and race that intersect with caregiving work, often undervalued and unpaid, highlighting its structural implications for female and racial subordination. By emphasising the historical and cultural role of Black mothers in the formation of Brazilian society, the text investigates how their experiences and struggles carry emancipatory potential that challenges the oppressive logics of capitalism. It is argued that the internal contradictions of capitalism, intensified by

Roberta de Oliveira Barbosa

Pós-doutoranda associada ao Centro de Pesquisas em Implementação de Políticas Educacionais (CIPE) da Fundação Getúlio Vargas. Doutora em Educação Para a Ciência na Faculdade de Ciências – Campus de Bauru, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp); Mestra em Ensino e Processos Formativos. E-mail: oliveira.barbosa@unesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5720-232X>

Deise Aparecida Peralta

Livre Docente em Educação Matemática. Professora Associada no Departamento de Economia, Administração e Educação no campus de Jaboicabal da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciências. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5146-058X>

neoliberalism, not only expose the crisis of caregiving work but also offer opportunities to imagine and construct emancipatory alternatives, through a radical restructuring of the relations between production and reproduction, aiming to overcome gender, class, and racial inequalities.

Keywords: Gender. Racial Inequality. Critical Theory.

RESUMEN

Este ensayo examina la interfaz entre la maternidad y el capitalismo neoliberal desde la perspectiva de la teoría crítica social, explorando cómo este sistema moldea y es moldeado por las prácticas e ideologías de la maternidad en el contexto brasileño. El trabajo analiza las dinámicas de género y raza que intersectan con el trabajo de cuidado, a menudo subvalorado y no remunerado, destacando sus implicaciones estructurales para la subordinación femenina y racial. Al enfatizar el papel histórico y cultural de las madres negras en la formación de la sociedad brasileña, el texto investiga cómo sus experiencias y luchas llevan un potencial emancipador que desafía las lógicas opresivas del capitalismo. Se argumenta que las contradicciones internas del capitalismo, intensificadas por el neoliberalismo, no solo exponen la crisis del trabajo de cuidado, sino que también ofrecen oportunidades para imaginar y construir alternativas emancipadoras, mediante una reestructuración radical de las relaciones entre producción y reproducción, con el objetivo de superar las desigualdades de género, clase y raza.

Palabras clave: Género. Desigualdad Racial. Teoría Crítica.

Introdução

No mundo contemporâneo, a maternidade é simultaneamente exaltada como uma experiência transcendental e desafiada pelas exigências do capitalismo neoliberal. À medida que as economias se globalizam e o mercado de trabalho se torna cada vez mais exigente e flexível, a maternidade se confronta com realidades econômicas que alteram profundamente a experiência de cuidar. Este ensaio propõe uma análise crítica dessa conjuntura, explorando como as práticas capitalistas contemporâneas moldam e são moldadas pelas funções maternas, numa época em que o trabalho de cuidado é vital para a sustentação da força de trabalho, mas frequentemente subvalorizado e invisibilizado. Discutir a maternidade dentro deste contexto não é apenas relevante; é essencial para compreender as tensões e contradições que definem as experiências das mulheres em diversas esferas sociais e econômicas.

O sistema capitalista, na concepção de Nancy Fraser (2023), não se refere a um tipo de sistema econômico, mas a um tipo de sociedade, na qual a economia oficial gera riqueza monetária para os proprietários e investidores, enquanto esgota e devora todos os tipos de recursos do restante da população, incluindo o corpo das mulheres.

Para a autora (2023), o estado atual do capitalismo, neoliberal ou financeirizado, vai além das relações entre os estados e mercados, compreendendo mudanças também nas relações entre produção e reprodução, incluindo questões de gênero, ecologia, raça e império, moldando as relações sociais e econômicas de maneiras que aprofundam as desigualdades e alteram as lutas por justiça social.

Dentro desse sistema econômico e social, a maternidade, que pode ser compreendida não apenas pela ligação biológica, mas também pelo vínculo afetivo e trabalho de cuidado, exerce um papel complexo, que influencia e é influenciado pelo sistema econômico, sendo o ponto central do trabalho de cuidado desempenhado por mulheres, de forma a alimentar o sistema produtivo, como explicado por Silvia Federici (2021). A maternidade pode ser tradicionalmente compreendida como a relação consanguínea entre mãe e filho, enquanto a maternagem se estabelece no vínculo afetivo e no cuidado e acolhimento do filho por uma mãe, conforme explicado por Silvia Mayumi Obana Gradvohl, Maria José Duarte Osis e Maria Yolanda Makuch (2014). Essas relações humanas permeadas pelo cuidado são temas de pesquisas em diversos campos do conhecimento. No campo dos estudos da teoria crítica feminista contemporânea, autoras vêm desvelando como as sujeições de gênero se relacionam com questões econômicas e interseccionalidades como classe e raça. Como explica Maria Collier de Mendonça (2021) a maternidade e maternagem ainda são assuntos pendentes no feminismo, e as reflexões sobre essas temáticas aparecem de forma diluídas em diversas áreas do conhecimento, sendo necessárias mais produções sobre maternidade e maternagem nos estudos de gênero e feministas.

Este ensaio visa explorar a intersecção entre maternidade e capitalismo, com um foco particular nas maneiras pelas quais o capitalismo neoliberal influencia e é influenciado pelas práticas e ideologias de maternidade. Através deste estudo, espero contribuir para o campo dos estudos de gênero e crítica social, oferecendo novas perspectivas sobre como a maternidade pode ser reconfigurada em um mundo capitalista contemporâneo. Para isso, o trabalho se alicerça nas bases da teoria crítica da sociedade, e é com base no que autoras¹ dessa perspectiva teórica que buscamos compreender os temas centrais que suleam o desenvolvimento da pesquisa. SULEar, em contraponto a NORTEar, consonantes com as reflexões de Cristina Martins Fargetti (2019), que, em seu artigo, tece percepções etnográficas da observação de um eclipse solar no início da década de 90 com o povo Juruna, explicando seu artigo que os indígenas se localizam em relação a nascente e o pôr do sol, entre outros referenciais, tais como o Cruzeiro do Sul. A linguista que menciona em seu texto de forma despreziosa que chorou de saudade de sua filha de um ano de idade que ficou com o marido durante sua viagem ao Xingu², afirma que essa forma de se referenciar

¹ Fizemos a escolha estética e política de utilizar apenas mulheres que escrevem sobre os conceitos aqui apresentados e por se tratar de uma temática que atinge diretamente e majoritariamente mulheres, e acreditando que ninguém melhor do que elas podem falar sobre as sujeições as quais estão reféns ao desempenhar ou analisar o papel social da maternidade.

² Ao encontrar essas pequenas estrelas que se constelam em meu emaranhado de experiências sobre maternidade, ciência, pesquisa e vida escolar, percebo como é acertada a escolha de me pautar apenas em autoras mulheres no desenvolvimento da pesquisa, me contaminando das percepções femininas sobre as temáticas estudadas e mesmo aquelas que a permeiam.

no mundo pode servir de inspiração para terminologias como *sulear*, não aceitando exclusivamente a ciência e tecnologia do norte global, preferindo olhares que partam de dentro da nossa cultura.

É através da teoria crítica da sociedade que podemos analisar profundamente como as sujeições de gênero, imbricadas em questões econômicas e interseccionais, como classe e raça, são moldadas e remodeladas. Essa perspectiva teórica é adequada para refletir sobre a temática da maternidade porque, como explica Laiz Fraga Dantas (2018), ela se define pela produção de diagnósticos de seu tempo, atenta às contradições e tensões, mas com o elemento central da emancipação, apontando para prognósticos possíveis sobre as condições para que essa emancipação se torne viável. A esse respeito, Bárbara Freitag (2004) discorre que houve, de fato, um deslocamento do foco da teoria crítica, que, mesmo quando ainda vinculada à Escola de Frankfurt, se dedicava a problemas diretamente associados à herança marxista, mas passou a incluir também reflexões centradas no campo da cultura, com ênfase na estética.

Dentre os diagnósticos elaborados pela teoria crítica contemporânea, o da subordinação e exploração de gênero tem ganhado destaque nos estudos recentes, como por exemplo, na teorização de Nancy Fraser (2023), que discute como as dinâmicas do capitalismo neoliberal perpetuam desigualdades de gênero e reproduzem padrões de injustiça. Seyla Benhabib (2021) reflete sobre o papel das categorias de gênero na construção das identidades, questionando as narrativas ocidentais de progresso que frequentemente ignoram experiências de opressão e marginalização. Amy Allen (2015) reforça essa crítica ao expor como essas narrativas sustentam a dominação de gênero em nome da modernidade.

No mesmo contexto, Silvia Federici (2021) detalha como o capitalismo suprimiu a autonomia econômica, reprodutiva e social das mulheres, destacando a dimensão histórica dessa exploração. Lélia Gonzalez (1984) amplia essa análise ao evidenciar como o racismo e o sexismo se entrelaçam na formação social brasileira. Embora recente, como aponta Laiz Fraga Dantas (2018), essa discussão é essencial e radical, pois questiona não apenas a dinâmica capitalista, mas também os costumes, as relações e os papéis sociais que sustentam essa estrutura.

Este ensaio, portanto, busca explorar as complexas interações entre maternidade e capitalismo neoliberal, com o objetivo de enriquecer o diálogo nos estudos de gênero e crítica social.

Potenciais de emancipação

A teoria crítica da sociedade, ao explorar as dinâmicas de poder e desigualdade, busca também caminhos para a emancipação social e política, um conceito extensivamente debatido no campo dos estudos de gênero e na luta por justiça social. No que diz respeito à emancipação, este conceito, central no projeto de teoria social crítica, é discutido em profundidade por Amy Allen (2015). A autora dialoga com os

conceitos de Seyla Benhabib (1986) e posiciona a emancipação como um aspecto utópico e antecipatório: uma projeção de uma sociedade ideal a ser alcançada por meio das contradições, limitações e crises do sistema social existente. Compreender essa perspectiva é fundamental para embasar a análise crítica proposta neste trabalho, especialmente ao examinar como o trabalho de cuidado pode se tornar um potencial emancipatório em meio às contradições do capitalismo.

Dentro dessas contradições, as relações de gênero, particularmente no contexto do trabalho de cuidado, emergem como elementos centrais nas possibilidades de emancipação. Nancy Fraser (2009) aponta que, embora o movimento feminista tenha transformado aspectos culturais, ele não conseguiu, em larga medida, modificar as instituições de forma estrutural. O feminismo de segunda onda impulsionou mudanças importantes nas esferas da economia, cultura e política, desvelando injustiças no âmbito da família, da reprodução e da vida cotidiana. Contudo, segundo Fraser (2009) muitas dessas conquistas foram pervertidas, legitimando mudanças que reforçaram estruturas capitalistas e contradisseram o ideal de uma sociedade justa e igualitária em termos de gênero. O movimento feminista dessa época adotou uma perspectiva interseccional ao abordar desigualdades não apenas de gênero, mas também de classe, raça e sexualidade, trazendo à tona as injustiças econômicas que permeiam o cotidiano (Nancy Fraser, 2009).

Nancy Fraser (2009) explica que o avanço do feminismo coincidiu com a transição do capitalismo para sua fase neoliberal, caracterizada pela inversão da lógica anterior, na qual 'a política domesticava mercados', passando a um cenário no qual 'os mercados domesticam a política'. Nesse contexto, Fraser observa que o feminismo prosperou, mas concentrou-se quase que exclusivamente na luta por reconhecimento das diferenças identitárias. A autora destaca que, embora essa luta seja progressista, subestima a crítica à economia política e deixa de lado questões de redistribuição de recursos, levando a um 'eclipse da teoria social feminista pela teoria cultural feminista'. Um exemplo claro dessa distorção é a lógica da 'família de dois assalariados', que aparenta representar um avanço em termos de igualdade de gênero, mas, na prática, impõe às mulheres duplas ou triplas jornadas de trabalho (Fraser, 2009).

Além das transformações institucionais e culturais discutidas por Fraser, a emancipação requer uma abordagem interseccional que considere simultaneamente raça, classe, sexualidade e império. Amy Allen (2015) reconhece a complexidade de construir uma concepção de emancipação que contemple essas múltiplas camadas de poder e desigualdade. Para a autora, essa concepção não deve ser apenas uma visão utópica e positiva, mas também realista e capaz de transformar as relações de dominação em um terreno flexível e reversível de poder, visto que dada as complexidades do discurso sobre emancipação na teoria crítica feminista, não podemos enxergá-la enquanto algo completamente livre de relações de poder. Segundo Allen:

Exploro essa questão através da análise de dois debates nos quais a relação paradoxal entre poder e emancipação é apresentada de modo particularmente saliente e aparentemente intratável: os debates

sobre sujeição e modernidade. Argumento que, apesar de a tensão entre o diagnóstico explicativo e os aspectos utópico-emancipatórios de uma teoria crítica feminista não poder ser completamente eliminada, ela pode ser transformada de paradoxo paralisante em tensão produtiva, através de uma reelaboração da noção de emancipação que mantenha o aspecto utópico-antecipatório da teoria crítica. Vale dizer, uma concepção de emancipação que seja negativista em dois sentidos interconectados - isto é, que defina a emancipação negativamente como a transformação do estado de dominação em um terreno móvel e reversível de relações de poder e que, desse modo, não se faça prisioneira de uma visão utópica positiva isenta de relações de poder - oferece o melhor modelo para uma teoria crítica feminista à luz das complexidades e ambivalências do discurso emancipatório. (Amy Allen, 2015, p. 116)

A construção de uma teorização feminista sobre emancipação também remonta a importantes marcos históricos e debates. Enquanto Amy Allen (2015) discute as complexidades de emancipação no contexto das dinâmicas de poder, Ingrid Cyfer revisita os marcos históricos que fundamentaram o pensamento feminista, destacando suas contribuições e limitações (2015). Ingrid Cyfer (2015) faz um importante resgate da constituição originária, remontando à publicação de “O segundo sexo” de Simone de Beauvoir (2009), o qual considera um dos principais marcos teóricos do feminismo dentre as décadas de 60 e 90, e de “Problemas de gênero” de Judith Butler (2018), destacando algumas diferenças de abordagem da autora com a tradição da teoria crítica, a qual busca, para além de criticar o conceito do sujeito abstrato no feminismo, lutar pela igualdade de gênero sem abrir mão da ação política.

De forma complementar, é evidente que, conforme apontado por Maria Consuelo Passos (2005), diferentes modalidades de famílias têm surgido e se fortalecido nos últimos tempos. Para a autora (2005), a mais revolucionária é a família homoparental, pois essa destitui o princípio da diferenciação sexual na constituição da família e na organização dos papéis de cuidado e trabalho reprodutivo. Além disso, como explicado por Carolina Antoniazzi (2021), embora cada corpo seja singular e apenas corpos com útero e ovários possam realizar o trabalho de gestar, isso não se restringe ao gênero, visto que pessoas transexuais também podem gerar crianças.

Concordamos, entretanto, com a autora (2021) que o recorte de gênero para teorizar sobre maternidade é adequado, pois ainda são as mulheres quem mais gestam e mais são responsabilizadas pelo trabalho de cuidado. Apesar de a temática ser importante e relevante, e carregar um potencial emancipatório, este trabalho se dedica às opressões e desigualdades às quais as mulheres cis estão sujeitas, referindo-se majoritariamente a modelos de parentalidade calcados na heterossexualidade compulsória. Este recorte se justifica pela historicidade e pela proporção de mulheres responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidado, visto que elas são as maiores

vítimas desse tipo de exploração e expropriação, ainda que não sejam a totalidade dos sujeitos responsáveis pelo trabalho de cuidado.

Com base nessas dinâmicas de desigualdade, Nancy Fraser (2023) argumenta que os ideais não econômicos da sociedade, especialmente em tempos de crise, oferecem possibilidades político-críticas para questionar as práticas que sustentam a acumulação de capital. Esses ideais emergem das contradições internas do capitalismo, incluindo as relacionadas ao trabalho de cuidado e à reprodução social, que são fundamentais para a manutenção do sistema produtivo. Fraser (2023) utiliza a metáfora da canibalização para explicar como o capitalismo destrói suas próprias condições de existência ao explorar e esgotar os recursos necessários para sua sustentação.

Sem o trabalho de reprodução e as atividades a ele associadas, como o cuidado que envolve desde o parto até a formação cultural, social e subjetiva das pessoas, além do cuidado com idosos e outros campos historicamente delegados às mulheres, não haveria capital, lucro, cultura, estado, nem mesmo a sombra da sociedade tal como conhecemos hoje. Esses trabalhos são fundamentais para gerar as condições que sustentam o que é reconhecido como trabalho produtivo, como explica Fraser (2023). Entretanto, a autora desvela que esse trabalho, frequentemente considerado improdutivo, não é remunerado ou é mal remunerado, o que resultou em uma crise de reprodução social entre as classes trabalhadoras, que não conseguem mais sustentar suas famílias e, conseqüentemente, reproduzir e desempenhar papéis de cuidado. Apesar dos esforços em políticas sociais, como saúde, educação, creches e aposentadorias, Fraser (2023) alerta que essa crise tende a se agravar e só poderá ser superada por meio de uma mudança estrutural profunda na ordem social.

Diante da crise de reprodução social e das contradições internas do capitalismo, Nancy Fraser (2023) argumenta que, ao compreendermos os modos pelos quais esse sistema nos devora por completo, torna-se possível expandir a noção do que deve substituí-lo. Isso inclui pensar em alternativas não apenas ao sistema econômico, mas também à relação do capitalismo com todas as formas de riqueza canibalizadas, reinventando as relações entre produção e reprodução, entre o público e o privado e, em última instância, entre a sociedade humana e a natureza não humana. Buscar por potenciais de emancipação na crise do trabalho de cuidado, como discutido por Silvia Federici (2021), é um caminho possível para repensar as relações entre o sistema produtivo e o reprodutivo. Assim, Fraser (2023) propõe um redesenho radical das relações entre produção e reprodução, evidenciando a centralidade do trabalho de cuidado como base para uma sociedade mais justa e sustentável.

A maternidade e desigualdade

A maternidade, enquanto um meio de exploração do trabalho não remunerado de cuidado, é um fato consumado na sociedade capitalista, mas ela não ocorre de todas as formas para todas as mulheres, que por vezes estão sujeitas a relações

múltiplas e simultâneas de desigualdade. Nesse contexto, é essencial observar o papel específico da figura materna no Brasil, marcada pelas influências culturais da formação social do país. Para aprofundar essa discussão, recorro ao pensamento de Lélia Gonzalez (1984), que analisa a figura histórica da mucama, ou seja, a escrava negra que cuidava dos serviços domésticos e dos filhos dos senhores escravocratas, muitas vezes amamentando essas crianças. Segundo a autora, essas mulheres eram vistas como objetos na sociedade brasileira, o que deu origem ao arquétipo da “mãe preta”. Nas palavras de Gonzalez:

O que a gente quer dizer é que ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como quem alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: que é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe prá dormir, que acorda de noite prá cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama, é a mulher; então “bá”, é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve prá parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a “mãe preta” é a mãe. E quando a gente fala em função materna, a gente tá dizendo que a mãe preta, ao exercê-la, passou todos os valores que lhe diziam respeito prá criança brasileira, como diz Caio Prado Júnior. Essa criança, esse infans, é a dita cultura brasileira, cuja língua é o pretuguês. A função materna diz respeito à internalização de valores, ao ensino da língua materna e a uma série de outras coisas (Lélia Gonzalez, 1984, pg. 235)

Esse trecho traduz e resume a importância das mulheres negras na formação da noção de maternidade no Brasil. Tais mulheres não foram apenas as mães das crianças às quais despenderam cuidados, mas também mães da cultura brasileira, influenciando os mais diversos aspectos da formação dos sujeitos e modos de vida no país. Diante disso, é pertinente investigar de que forma os modos de maternar das mães pretas continuam a influenciar nossa cultura.

Apesar de apontar os potenciais possíveis de emancipação dessa diferenciação nos modos de maternar, é necessário reconhecer que as mães negras no Brasil continuam sujeitas a sofrimentos que mães brancas não enfrentam. Um exemplo notável disso é apontado pelo estudo de Verônica de Souza de Araújo, Edinilsa Ramos de Souza e Vera Lucia Marques da Silva (2022), que aborda as experiências de mulheres e mães negras organizadas em grupos de ativismo social. Esses grupos lutam por justiça pelas mortes de seus filhos, vítimas da violência estatal racista, evidenciando a necropolítica como uma agenda persistente no país. As autoras (2022) destacam o adoecimento psíquico e físico dessas mães em decorrência de suas perdas, sublinhando que esses movimentos

sociais, de alcance nacional, são marcados por discursos de luta antirracista. A consciência racial dessas mulheres é fortalecida pela semelhança racial que observam entre os integrantes dos grupos de apoio, evidenciando um potencial emancipatório embutido nessas redes de solidariedade.

Esse exemplo, embora doloroso, destaca o potencial revolucionário de momentos de crise na busca por emancipação, como sugere Nancy Fraser (2023, p. 22) “Além disso, esses ideais “não-econômicos” estão carregados de possibilidade crítica. Especialmente em tempos de crise, eles podem ser voltados contra práticas econômicas centrais associadas à acumulação de capital.” No caso abordado, observamos uma dupla sujeição ao sofrimento dessas mães, tanto de raça quanto de gênero. Essa dupla opressão é evidenciada no relato das autoras, que trazem as palavras de Carolina, uma das mães entrevistadas:

Quando questionadas sobre a ausência dos pais ou outros companheiros na luta, elas não têm uma resposta específica, mas todas relataram o afastamento do pai após a morte do filho, principalmente após se aproximarem do ativismo. Para Carolina, “o homem é mais seco, já a mulher não, a mulher é mais frágil, tem mais sentimento. Ou é porque é mãe, eu não sei. [...] Os homens, pra elas, acabou. Enterrou, acabou. É vida que segue”. (Verônica de Souza de Araújo, Edinilsa Ramos de Souza e Vera Lucia Marques da Silva, 2022, p. 1331)

Essa fala demonstra uma noção enraizada na sociedade de que as mães são naturalmente mais voltadas ao cuidado com os filhos, vinculando isso ao sentimento de amor materno. A esse respeito, Georgiane Garabely Heil Vazquez (2014) relaciona a noção de sentimento materno, frequentemente percebido como natural e inerente a todas as mulheres, ao surgimento da biopolítica e a práticas discursivas religiosas. Segundo a autora (2014), o catolicismo e o ideal da mãe de Jesus — imaculada e modelo de feminilidade sagrada — impõem às mulheres um peso de culpa pela sexualidade, que deveria ser expurgada por meio de um ideal de maternidade visto como uma forma de redenção. Essa construção discursiva reforça não apenas papéis de gênero tradicionais, mas também legitima práticas de controle e vigilância sobre os corpos femininos, perpetuando a ideia de que o cuidado e o sacrifício são atributos inerentes à experiência de ser mulher e mãe.

Porém, essa relação entre a redenção da culpa feminina através da maternidade, amplamente associada à cosmogonia judaico-cristã — na qual a mulher seria punida pelo pecado original com as dores do parto —, não estava diretamente ligada à ideia de amor materno. Georgiane Vazquez (2014) realiza um resgate histórico que revela como, na sociedade pré-industrial, era comum que crianças indesejadas ou ilegítimas fossem abandonadas em locais chamados de “roda dos expostos”, usualmente geridos por instituições religiosas ou hospitais. Além disso, havia a prática recorrente de terceirização dos cuidados com os bebês, incluindo a amamentação, realizada por

amas de leite. Vazquez (2014) explica que essas práticas evidenciam como, até certo momento da história, o corpo não possuía o valor que lhe é atribuído hoje, e que as elevadas taxas de mortalidade infantil em outros períodos estavam relacionadas, não apenas a questões sanitárias, mas também a aspectos culturais, nos quais a morte de infantes era naturalizada e gerava pouca comoção.

A partir das práticas culturais e históricas relacionadas à maternidade, é importante observar como essas dinâmicas se manifestaram no contexto brasileiro, especialmente no período escravista, quando mulheres negras foram historicamente submetidas a um sistema que expropriava tanto sua força de trabalho quanto sua maternidade. No Brasil, era comum a figura das amas de leite, como explicado por Mariana Muaze (2018), mulheres negras que amamentavam as filhas e filhos dos senhores, cuidando também de sua higiene e educação física na primeira infância, silenciando sua própria maternidade, pois muitas vezes essas mulheres escravizadas eram proibidas de amamentar seus próprios filhos. Essas práticas de delegação do cuidado reforçam como a maternidade foi historicamente moldada para servir aos interesses dos grupos dominantes.

Como destaca Muaze (2018), essa relação escravista envolvia uma rede de afetividades e dedicação, mas ocorria paradoxalmente em um ambiente de abuso, humilhação, violência física e simbólica, que ensinava a futuros senhores as dinâmicas de relações escravistas desde o nascimento. Essa conexão entre a expropriação dos corpos das mulheres negras e a exploração do trabalho de cuidado remete também ao conceito de redenção feminina, onde o sacrifício e o cuidado eram vistos como atributos naturais das mulheres. Essa lógica, como explica Nancy Fraser (2023), reflete a relação estrutural e histórica entre o capitalismo e o racismo, perpetuando desigualdades que atravessam gerações.

Enquanto no Brasil a prática do aleitamento materno era frequentemente delegada a escravas negras, na Europa, entre os séculos XIII e XVIII, as mulheres de classes altas também evitavam amamentar, pois o aleitamento materno era condenado pela Igreja Católica. As crianças eram vistas como uma representação do pecado original, o que levava à interpretação da amamentação como uma “prática voluptuosa” (Muaze, 2018). Foi no fim do século XIX e no início do século XX que uma cobrança de práticas amorosas e higiênicas passou a ser atrelada ao papel social das mães, com a produção de cartilhas sobre banho e amamentação, as quais excluía, aos poucos, as velhas práticas de cuidado com as crianças, menos alinhadas ao discurso médico sobre a mulher e a maternidade, como explica Georgiane Vazquez (2014). A autora (2014) ainda esclarece que essa postura surgiu da necessidade de produção de cidadãos, compreendidos como a riqueza do Estado, que, portanto, deveriam ter sua sobrevivência garantida por meio de modificações nas noções de infância e de maternidade. Nas palavras da autora:

Era fundamental, portanto, o entendimento e a proliferação de discursos que promoviam a associação das palavras AMOR e MATERNO. Tal modificação não significava apenas a promoção

de um sentimento, o sentimento de amor materno, mas ressalta a importância considerável que a mulher passa a assumir dentro da esfera privada da família. A maternidade torna-se valorizada na medida em que a mulher-mãe assume o papel de uma “agente” vital do biopoder. (Georgiane Vazquez, 2014, p. 107)

Apesar de as mudanças nas noções de maternidade terem impactado mulheres em todo o mundo, mulheres negras e do Sul Global enfrentam uma vulnerabilidade histórica específica, marcada por dinâmicas de exploração racial e de gênero. Durante o período da escravização, a capacidade reprodutiva das mulheres negras foi expropriada pelos senhores de escravos, que frequentemente separavam famílias ao vender seus membros individualmente, e crianças indígenas foram arrancadas de suas comunidades e vendidas ou conscritas em escolas missionárias, onde eram submetidas a formas de assimilação coercitivas da religiosidade e cultura europeias, conforme explicado por Nancy Fraser (2023). A autora (2023) também afirma que, nos tempos atuais, a divisão racial do trabalho de cuidado assumiu novas formas. Muitas mulheres negras continuam sendo exploradas em trabalhos assalariados mal remunerados, cuidando de crianças e realizando serviços domésticos em casas de famílias brancas, frequentemente à custa de suas próprias famílias.

Dessa forma, é importante reconhecer que o imenso potencial de emancipação presente nas lutas feministas, especialmente de mães que vivenciam cotidianamente as divisões de classe, racismo e sexismo, é frequentemente eclipsado pela sobrecarga do trabalho de cuidado. Esse trabalho, não remunerado ou pouco remunerado, é exercido de forma ininterrupta, ocupando todo o tempo e energia dessas mulheres. Para além de atender às demandas da reprodução social, esse trabalho pode ser entendido como uma forma de engenharia social que enfraquece as lutas por direitos e limita a participação plena das mulheres em espaços de trabalho e nas instâncias de tomada de decisão.

Essa dinâmica é discutida por Tatiane Nascimento de Borba e Bianca Salazar Guizzo (2020), que destacam como a maternidade tem sido utilizada como instrumento de coerção para afastar mulheres das lutas feministas e reforçar papéis de gênero tradicionais. As autoras observam que, em diversos momentos históricos, mulheres que reivindicavam direitos, como o voto ou melhores condições de trabalho, foram impedidas de conviver com seus filhos, forçando-as a abandonar o ativismo. Como afirmam as autoras:

A partir da perspectiva de gênero, a maternidade pode ser concebida como um símbolo construído histórico, cultural e politicamente e que resulta das complexas relações de poder e dominação de um sexo sobre o outro. Nesse sentido, diferentes olhares podem ser lançados sobre a maternidade. Exemplo disso, são as mulheres que eram reconhecidas como membros de movimentos sociais, e que reivindicavam direitos, como o voto (sufragistas) ou a melhoria das condições de trabalho, e que foram, muitas vezes, proibidas de

conviver com os filhos. Desse modo, a maternidade servia como instrumento de coerção para as que as mulheres abandonassem as lutas feministas e se dedicassem exclusivamente ao papel que lhes era socialmente destinado. (Tatiane Nascimento de Borba; Bianca Salazar Guizzo, 2020, p. 335)

Além disso, Dagmar E. Estermann Meyer (2005) também discute a relação entre o trabalho da maternidade e a política. A autora argumenta que existem redes de poder-saber que integram as relações entre mães, filhos e filhas, assim como os corpos das mães, em um regime de vigilância e regulação. Esse regime é mediado por políticas públicas e programas educativos, resultado de quatro movimentos sociais específicos do século XX. Segundo Meyer (2005), esses movimentos são:

1. a ênfase na constituição de um tipo de sujeito inscrito na lógica da racionalidade neoliberal; 2. o aprofundamento das desigualdades econômicas, sociais e culturais que decorre da conjunção da racionalidade neoliberal com o processo de globalização; 3. a produção e o desenvolvimento crescente de conhecimentos e novas tecnologias que descrevem e monitoram o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional do feto, inscrevendo-os (fetos e suas mães) em uma linguagem de controle e de autoregulação, bem como em uma “gramática da probabilidade e do risco”; 4. a articulação conflituosa de políticas de estado com demandas de movimentos sociais como, por exemplo, do feminismo e o dos direitos humanos, em que a noção de universal é multiplicada e fraturada, o que incide sobre os modos como esses sujeitos de direito se relacionam (Dagmar E. Estermann Meyer, 2005, p. 83 e 84)

Esses movimentos reforçam como a maternidade, longe de ser um fenômeno puramente natural, é profundamente moldada por dinâmicas políticas, econômicas e culturais. Ao compreender esses processos, é possível identificar como as estruturas de poder perpetuam desigualdades e limitam a emancipação plena das mulheres.

Conclusão

Pensar os atravessamentos do capitalismo no cuidado parental, com ênfase no papel das mulheres e destacando questões de interseccionalidade, é uma tarefa complexa. Este trabalho buscou analisar como as práticas capitalistas moldam e são moldadas pelas funções maternas, revelando que as dinâmicas de gênero, classe e raça desempenham papéis centrais na perpetuação das desigualdades estruturais. Ao longo do ensaio, foi evidenciado que a maternidade, em sua dimensão histórica e cultural,

não é apenas uma experiência individual, mas uma construção social profundamente marcada por relações de poder e dominação.

A análise demonstrou como, no Brasil, as mulheres negras tiveram suas funções maternas apropriadas durante o período escravista, servindo como instrumentos de reprodução e cuidado para a manutenção do sistema econômico escravocrata. Essas dinâmicas continuam a se reproduzir, ainda que sob novas formas, no contexto do capitalismo neoliberal, onde o trabalho de cuidado é desvalorizado, explorado e frequentemente delegado às mulheres mais vulneráveis social e economicamente. Além disso, a interseção entre racismo, sexismo e as contradições do capitalismo evidencia que a exploração do trabalho reprodutivo não pode ser dissociada de uma crítica estrutural ao sistema capitalista.

Apesar do diagnóstico de crise no trabalho de cuidado, exacerbada pelo avanço do neoliberalismo, essa mesma crise oferece um ponto de partida para a transformação estrutural. Como destacado por autoras apresentadas no texto, o potencial emancipatório reside em reestruturar as relações entre produção e reprodução, desafiando as lógicas de exploração que sustentam o sistema. A luta pelo reconhecimento do cuidado como um trabalho essencial e pela redistribuição das responsabilidades sociais e econômicas do cuidado aponta para a possibilidade de uma sociedade mais justa e igualitária.

Concluir este ensaio significa reconhecer que a emancipação das mulheres e a superação das desigualdades estruturais não podem ser alcançadas sem uma crítica radical ao capitalismo. Pensar o cuidado como um pilar fundamental na construção de novas formas de organização social não é apenas necessário, mas urgente. Assim, a emancipação das mulheres e a superação das desigualdades de gênero, raça e classe dependem de uma crítica radical ao capitalismo, mas também de uma valorização profunda das práticas de cuidado enquanto alicerces de uma sociedade verdadeiramente humana.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências Bibliográficas

ALLEN, Amy. Emancipação sem utopia sujeição, modernidade e as exigências normativas da teoria crítica feminista. **Novos estudos CEBRAP**, p. 115-132, 2015.

ANTONIAZZI, Carolina Bernardini. Maternidade: uma forma de opressão?. **Cadernos de ética e Filosofia Política**, v. 39, n. 2, p. 92-103, 2021.

ARAÚJO, Verônica Souza de; SOUZA, Edinilsa Ramos de; SILVA, Vera Lucia Marques da. “Eles vão certos nos nossos filhos”: adoecimentos e resistências de mães de vítimas de ação policial no Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 1327-1336, 2022.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo: Tradução: Sérgio Milliet. **Rio de Janeiro: Nova Fronteira**, 2009.

BENHABIB, Seyla. **Critique, Norm, and Utopia: a Study of the Foundations of Critical Theory**. Nova York: Columbia University Press, 1986.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Editora José Olympio, 2018.

CYFER, Ingrid. Afinal, o que é uma mulher? Simone de Beauvoir e “a questão do sujeito” na teoria crítica feminista. **Lua Nova: revista de cultura e política**, p. 41-77, 2015.

DANTAS, Laiz Fraga. Feminismo e Teoria Crítica: cruzamentos entre questões de gênero e marxismo. **Revista Ideação**, 2018.

DE BORBA, Tatiane Nascimento; GUIZZO, Bianca Salazar. Representações de maternidade/paternidade em materiais didáticos contemporâneos: um estudo a partir das questões de gênero. **Revista Ensino de Ciências e Humanidades-Cidadania, Diversidade e Bem Estar-RECH**, v. 4, n. 1, jan-jun, p. 322-340, 2020.

DE MENDONCA, Maria Collier. MATERNIDADE E MATERNAGEM: OS ASSUNTOS PENDENTES DO FEMINISMO. **Revista Ártemis: Estudos de Gênero, Feminismo e Sexualidades**, v. 31, n. 1, 2021.

FARGETTI, Cristina Martins. O Sol ao Sul: um eclipse juruna SULeado. **Revista Interdisciplinar Sular**, 2019.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo (v. 1). Boitempo Editorial, 2021.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 2, p. 11-33, 2009.

FRASER, Nancy. **Cannibal capitalism: How our system is devouring democracy, care, and the Planet and what we can do about it**. Verso Books, 2023.

FREITAG, Bárbara. O conteúdo programático da teoria crítica. FREITAG, B., **A Teoria Crítica ontem e hoje**, v. 5, p. 31-104, 2004

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista ciências sociais** hoje, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

GRADVOHL, Silvia Mayumi Obana; OSIS, Maria José Duarte; MAKUCH, Maria Yolanda. Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade. **Pensando famílias**, v. 18, n. 1, p. 55-62, 2014.

MEYER, Dagmar E. Estermann. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. **Revista gênero**, v. 6, n. 1, p. 81-104, 2005.

MUAZE, Mariana. Maternidade silenciada: amas de leite no Brasil escravista, século XIX. OSÓRIO, Helen; XAVIER, Regina. **Do tráfico ao pós-abolição. Trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil. São Leopoldo: Oikos**, p. 360, 2018.

PASSOS, Maria Consuelo. Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família. **Psicologia clínica**, v. 17, p. 31-40, 2005.

SOUZA, Marli Aparecida Rocha de et al. O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 52, p. e03353, 2018.

VAZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. Sobre os modos de produzir as mães: notas sobre a normatização da maternidade. **Revista Mosaico-Revista de História**, v. 7, n. 1, p. 103-112, 2014.

Recebido em 17/01/2025.

Aceito em 05/12/2025.